

economia

BNDES anuncia verba do Fundo do Clima ao RS

/ CRÉDITO

Ana Esteves, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

Um ano após a enchente de 2024, maior catástrofe climática do Rio Grande do Sul, e em um período em que mais uma estiagem dizimou lavouras e matou animais pelo Estado afora, a pauta da mitigação das mudanças climáticas é mais do que prioridade para os gaúchos. Diante desse cenário, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, esteve ontem no Rio Grande do Sul e afirmou que o Estado receberá aporte financeiro do Fundo do Clima para reduzir os impactos nocivos dos efeitos climáticos. “É preciso reverter a marcha da insensatez. Por isso, temos que preparar o Estado, pois foi o que mais sofreu com desastres naturais nos últimos 30 anos”, afirmou. Mercadante veio a Porto Alegre para participar do primeiro debate do Fórum Democrático - Pacto RS 2025: o crescimento sustentável é agora, realizado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Jornal do Comércio - O BNDES conta com o Fundo Clima, no qual é prevista a transferência de até R\$ 10,4 bilhões, a serem utilizados no financiamento reembolsável de projetos que visem à mitigação e adaptação à mudança do clima. Já existe algum montante previsto para ser utilizado no Estado?

Aloizio Mercadante - Nós temos um desafio daqui para frente: primeiro é estudar, em profundidade, como é que a gente reconstrói o Estado com resiliência. Ver quais são os investimentos em estrutura que devem ser feitos, como repensar a agricultura, em algumas regiões estão fazendo a parceria com Embrapa para poder aumentar a resiliência das plantas, para ver que tipo de cultivo, para ver como é o preparo do solo para poder sustentar, porque tem uma perda de safra muito grande já, principalmente a soja. Então, vamos oferecer uma série de linhas de financiamento e uma delas é o Fundo Clima, que trata exatamente da energia renovável, eólica e solar.

JC - Nesta semana, completa um ano da maior tragédia climática do Rio Grande do

Sul. Que balanço o senhor faria da participação do BNDES no processo de reconstrução?

Mercadante - O governo federal transferiu R\$ 111,7 bilhões e 40% disso foi o BNDES, quase R\$ 40 bilhões que nós liberamos de crédito. Suspendemos todo o pagamento de dívida, por um ano, para todas as empresas. Foi muito importante para amenizar a tragédia naquele momento. Não adianta só recuperar só a infraestrutura, porque antigamente o Estado recuperava estrada, aeroporto, a energia, mas não recuperava as empresas. E se você não recuperar as empresas, a economia não volta. As empresas foram devastadas, não conseguem pagar o salário, não conseguem pagar o financiamento, não recolhem os impostos.

JC - O BNDES tem algum levantamento sobre os resultados desses investimentos para a economia do Estado?

Mercadante - Fizemos R\$ 39 bilhões de financiamento para micro e pequenas empresas e o resultado está aí: a economia do Rio Grande do Sul cresceu 4,9%, quando o Brasil cresceu 3,4%. Cresceu acima do Brasil contra todas as previsões que se fazia naquele momento. E se você comparar com o ano de 2022, último ano do governo anterior, o PIB do Estado do Rio Grande do Sul caiu 2,2%. Por quê? Porque naquela estiagem não teve a presença do governo federal.

JC - Muitas empresas que tomaram crédito na enchente precisavam dar a contrapartida de contratar, ou manter, mão de obra que tinham antes da enchente, para seguir com juros subsidiados. Mas, muitas delas estão com dificuldades em contratar pessoal. Como se resolve esse impasse?

Mercadante - Quando o Congresso aprovou o crédito emergencial do Sul, estabeleceu



A economia do RS cresceu 4,9%, quando o Brasil cresceu 3,4%. Ficou acima do Brasil contra todas as previsões feitas



Presidente do BNDES, Mercadante veio a Porto Alegre participar do Fórum Democrático - Pacto RS2025

que esse financiamento não deveria ser para o empresário, mas também para os trabalhadores da empresa, para que eles voltassem a trabalhar, para ter carteira assinada, e porque foram os que mais sofreram. Então a regra dizia o seguinte: liberou o financiamento, tem uma carência de três meses. Depois, tem sete meses para a empresa, em pelo menos um mês, dizer que voltou a ter o mesmo número de empregados que ela tinha antes da crise. Dois terços das empresas do Rio Grande do Sul já cumpriram essa exigência. Falta um terço. Hoje, a Fiergs (Federação das Indústrias do RS) me trouxe uma nota técnica para mostrar, especialmente em algumas regiões que têm carência de mão de obra. É possível, porque a taxa de desemprego no Rio Grande do Sul é 4,6%, é quase uma taxa de pleno emprego. Então, a primeira parceria que eu acho que tem que fazer é com o Senai, com o Senac, os órgãos que formam mão de obra para preparar para esses empregos que estão disponíveis. E ver se a gente envolve também os institutos tecnológicos federais. A segunda providência é construir uma plataforma digital para os empresários que querem contratar, disponibilizar as vagas e facilitar o acesso.

JC - E teria alguma medida que o governo pudesse tomar para reverter essa situação das empresas?

Mercadante - A medida que poderia ser tomada pelo Conselho Monetário Nacional, que é o Ministério da Fazenda, Planejamento e Banco Central, seria

alongar o prazo para essa exigência, o que eu acho viável. Mudar a lei, teria que votar uma outra lei no Congresso, eu particularmente acho muito difícil que se consiga.

JC - Uma das demandas dos produtores rurais, empresas e indústrias é sobre a desburocratização da tomada de crédito. Como fazê-la?

Mercadante - Nós aumentamos em seis vezes a velocidade de aprovação de crédito no Rio

Grande do Sul. Não tem precedentes históricos, 80% das empresas que pediram crédito no Rio Grande do Sul no BNDES, naquele episódio, não tinham cadastro. Você tem que analisar o cadastro, ver se ela tem passivo judicial, tributário, previdenciário, faturamento, quais são as garantias. O BNDES é rígido, porque é um banco público. A inadimplência do BNDES hoje é 0,001, pois precisamos prestar conta do serviço que prestamos.



Tána Mesa
FEDERASUL

30/ABR
das 12h às 14h

Apoio:
Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

//TRABALHO, RENDA E QUALIDADE DE VIDA
Jornada 6x1 | NR1 | Endividamento na folha



LUIZ FELIPE BRANDÃO DE MELLO
Secretário do Ministério do Trabalho e Emprego



POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal



RAFAEL GOELZER
Empreendedor





















